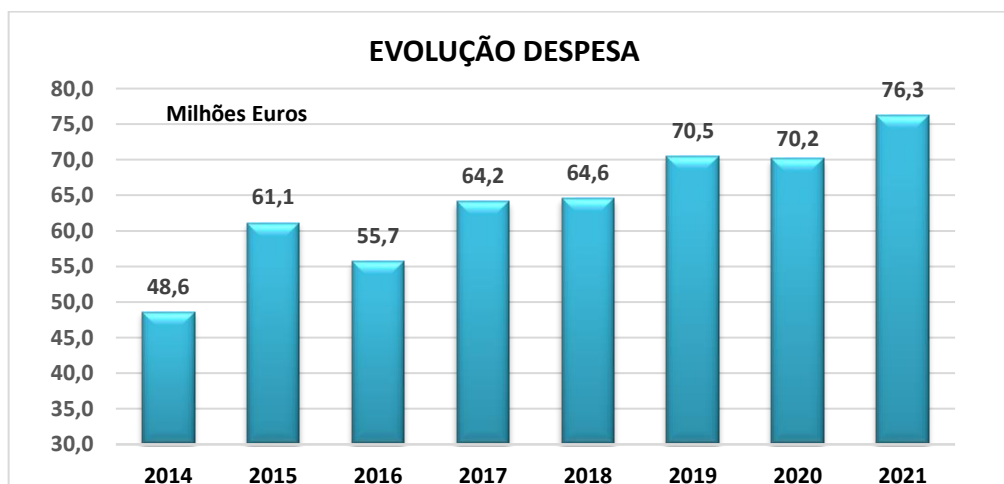
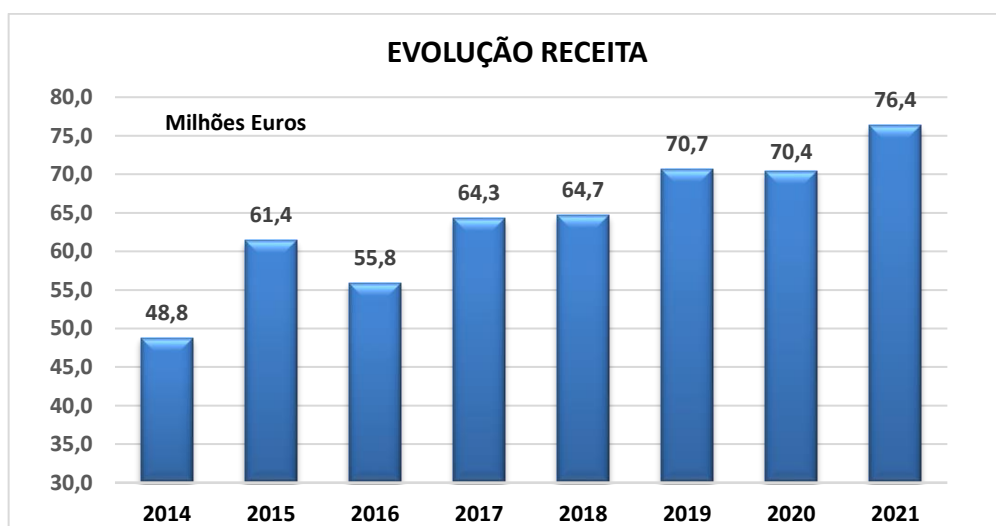


## AC. EM CÂMARA

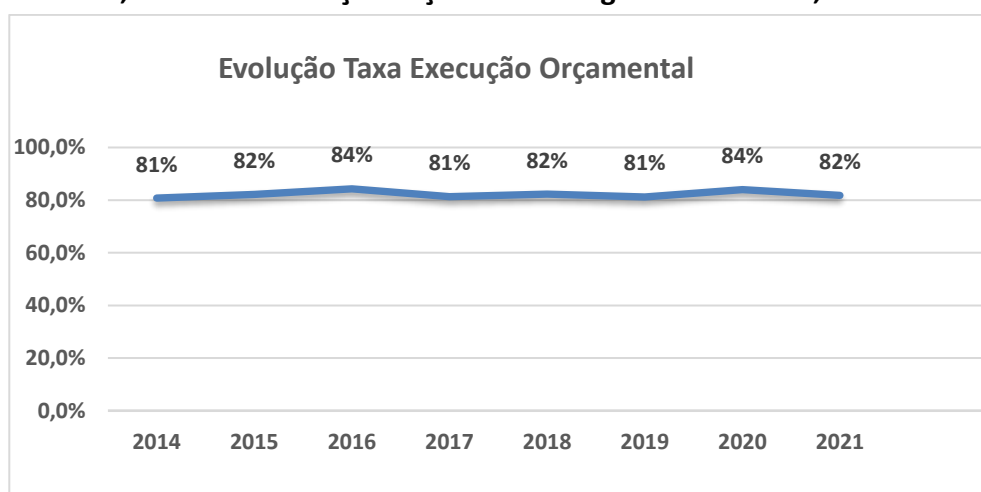
**(02) RELATÓRIO DE ATIVIDADES E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021 – CMVC E SMVC:-** Relativamente ao assunto indicado em título o Presidente da Câmara apresentou a proposta que seguidamente se transcreve:- “**PROPOSTA - RELATÓRIO DE ATIVIDADES E PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021 – O Período Pandémico (COVID-19)** que vivemos marcou de forma indelével todos os setores da nossa sociedade, das pessoas e, naturalmente, de forma impactante, também todo o exercício económico de 2021. Não obstante este cenário adverso, posso assegurar que garantimos a continuidade de serviços de qualidade, de operacionalidade e de resposta às solicitações dos nossos munícipes, dos movimentos culturais e associativos, das entidades e Uniões e Juntas de Freguesia, bem como destacável capacidade de captação de Fundos Comunitários que, muito positivamente, contribuíram para a capacidade de investimento demonstrada. Foram ainda concretizadas todas as ações necessárias para assegurar a segurança e proteção da saúde dos trabalhadores do Município que foram o garante, mais um ano, do cumprimento da Visão, Missão e Valores estabelecidos nas Agendas 2030 da Inovação e para a Economia do Mar. Não posso deixar de expressar o meu agradecimento a todos os Colaboradores do Município que demonstraram neste período tão exigente uma entrega e um compromisso inigualáveis, permitindo que a Câmara Municipal não só tenha revelado enorme resiliência, como esteja mais forte na consequência da crise sanitária e económica que experimentamos mais um ano, demonstrando eficiência, excelência, adaptabilidade e perseverança. O compromisso com a sustentabilidade, numa lógica transversal a todos os domínios da ação da Câmara Municipal (CM), prova que garantimos uma gestão financeira assente em pressupostos que se traduziram em qualidade de vida e de oportunidades às atuais e futuras gerações. Nesse sentido, a Sustentabilidade continuará a estar no centro da gestão do Município, assegurando o cumprimento dos grandes objetivos corporizados nas nossas Agendas, bem como dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. Mesmo após mais um ano que ficará na História como um dos mais conturbados do último século - com a globalização da pandemia de Covid-19 -, 2021 caucionou sinais de retoma económica e social, que permitiram a maior capacidade de execução de sempre da Câmara Municipal, **76,3 M€**, num aumento de 8,7% comparativamente com 2020. A receita fixou-se nos **76,4 M€**, com origem positiva heterogénea, nomeadamente no IMT (mais **32%**) e no IUC (mais **5,7%**). Reflexo dos efeitos colaterais da crise pandémica, assistimos à redução de receita nos domínios da Derrama (menos **39,9%**) e no IMI (menos **1,5%**) em resultado na aposta do apoio às famílias numerosas e na Reabilitação Urbana. Na execução, destaco o forte incremento nas

transferências correntes (mais **18,4%**) para apoio às instituições e associações, garantindo o seu desenvolvimento e mitigação dos efeitos da pandemia COVID-19, bem como a maior transferência financeira para as Uniões e Juntas de Freguesia de sempre (mais **22,6%** / **6,29 M€**) -, corolário da redução dos encargos com a aquisição de bens e serviços (menos **3,1%**) e com encargos financeiros (menos **25,3%**). Finalmente, relevo a excelente performance operacional e de concretização nas diferentes Grandes Opções do Plano, nomeadamente Coesão Territorial (**17,3%**), Educação (**15,4%**), Habitação e Urbanização (**14,3%**), Comunicações e Transportes (**9%**), Desporto e Tempos Livres (**8,6%**) e Cultura (**5,6%**), demonstração de uma trajetória de apoio e mitigação às adversidades económicas e sociais dos Vianenses. I - **ECONOMIA E FINANÇAS**

- A gestão e atividade municipal em 2021 voltou a ser prejudicada pelos constrangimentos provocados pela pandemia COVID-19, no entanto importa realçar que a receita cobrada **atingiu o valor de 76,4 M€** e a despesa executada atingiu o **valor de 76,3 M€**, representando um aumento de **8,4%** e **8,7%**, respetivamente, comparativamente ao ano anterior.



Em 2021, a Taxa de Execução Orçamental atingiu o valor de 82,0%



**RECEITA** - No ano de 2021, a receita cobrada registou o valor mais elevado de sempre, **76,374 M€**, que, comparativamente ao ano anterior, representa um **aumento de 5,949 M€**.

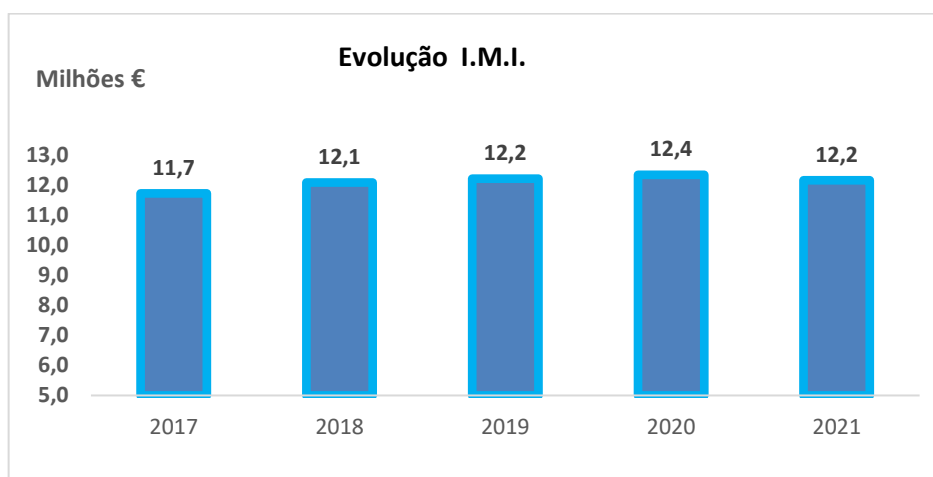
<b>ESTRUTURA DA RECEITA</b>					
				Unidade: €	
DESCRIÇÃO	2018	2019	2020	2021	Δ
					20 / 21
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>49 852 359</b>	<b>52 600 068</b>	<b>52 769 575</b>	<b>53 893 216</b>	<b>2,1%</b>
Impostos Diretos (IMI+IMT+IUC+DER)	22 782 553	23 840 056	22 372 546	22 093 191	-1,2%
Impostos Indiretos	292 844	393 315	463 024	92 307	-80,1%
Taxas Multas Outras Penalidades	964 259	957 834	816 208	1 322 989	62,1%
Rendimento Propriedade	65 271	40 629		3 698	
Transferências Correntes	19 424 721	20 217 035	25 019 455	25 954 677	3,7%
Venda Bens Serviços	5 521 821	5 829 748	3 487 828	3 931 632	12,7%
Outras Receitas Correntes	800 890	1 321 451	610 514	494 722	-19,0%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>14 726 514</b>	<b>17 974 940</b>	<b>17 503 065</b>	<b>22 242 351</b>	<b>27,1%</b>
Venda de Bens de Investimento	931 164	210 152	545 022	746 715	37,0%
Transferências Capital	8 008 738	8 644 025	11 932 925	10 750 789	-9,9%
Passivos Financeiros	5 547 068	9 120 763	4 997 139	10 744 847	115,0%
Outras Receitas Capital	239 544		27 979		-100,0%
<b>Saldo Gerência Anterior</b>	<b>104 355</b>	<b>108 545</b>	<b>151 465</b>	<b>237 959</b>	<b>57,1%</b>
<b>TOTAL RECEITAS</b>	<b>64 683 228</b>	<b>70 683 553</b>	<b>70 424 104</b>	<b>76 373 526</b>	<b>8,4%</b>

A receita corrente cobrada face ao ano anterior registou um aumento de **2,1%**, fixando-se em **53,893 milhões euros**. A receita de capital cobrada em 2021 registou um aumento de **27,1%**, explicado pelo aumento de rubrica Passivos Financeiros (empréstimos bancários), comparativamente ao ano anterior. Relativamente ao Impostos Diretos Locais, como se pode verificar no quadro e gráficos seguintes, em 2021 registou-se uma diminuição de **277.191,00 €**,

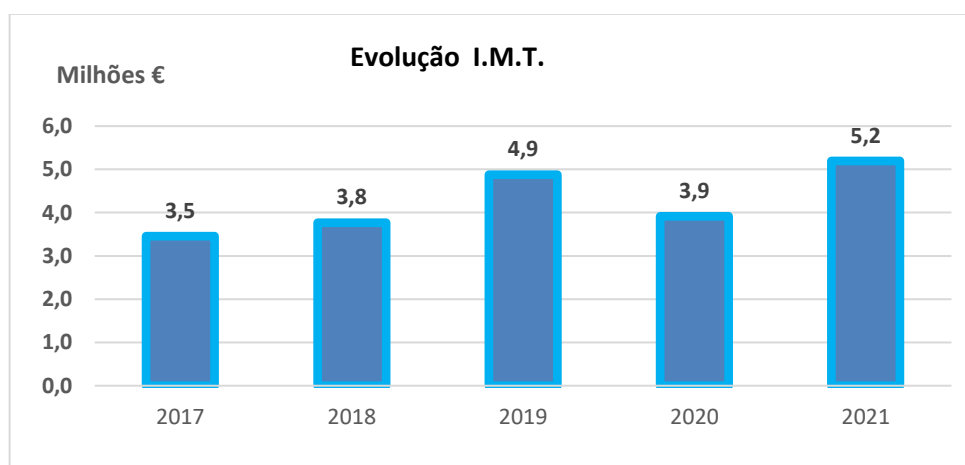
comparativamente ao ano anterior, explicado, principalmente, pela diminuição da Derrama (**1,499 M€**) e o aumento do IMT (**1,277 M€**).

IMPOSTOS DIRETOS LOCAIS						
Impostos	2017	2018	2019	2020	2021	Δ
						20 / 21
I.M.I.	11.740.581 €	12.104.730 €	12.224.078 €	12.358.645 €	12.171.258 €	- 1,5%
I.M.T.	3.458.966 €	3.768.512 €	4.873.872 €	3.917.811 €	5.195.673 €	32,6%
IUC	2.061.230 €	2.188.526 €	2.279.181 €	2.335.249 €	2.467.223 €	5,7%
Derrama	3.777.416 €	4.165.784 €	4.384.572 €	3.758.678 €	2.259.038 €	- 39,9%
<b>Total</b>	<b>21.038.192 €</b>	<b>22.227.553 €</b>	<b>23.761.703 €</b>	<b>22.370.382 €</b>	<b>22.093.191 €</b>	<b>- 1,2%</b>

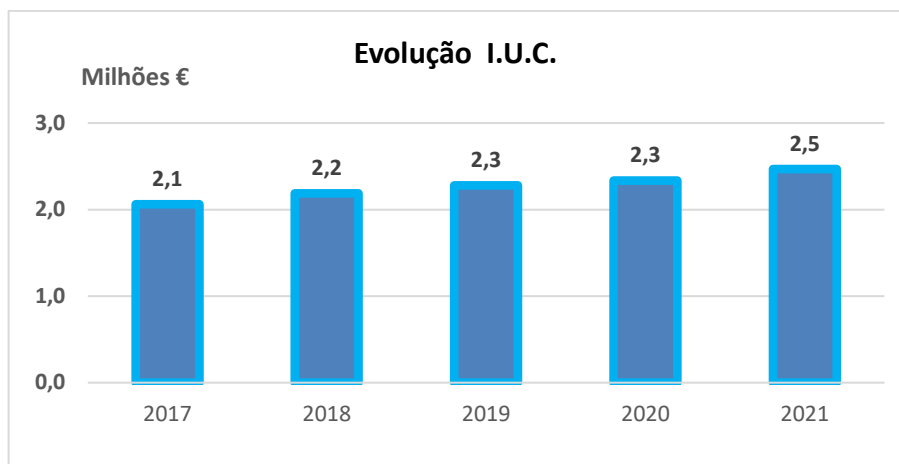
No ano de 2021, a receita referente ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) registou uma ligeira diminuição, fixando-se nos **12,2 M€**.



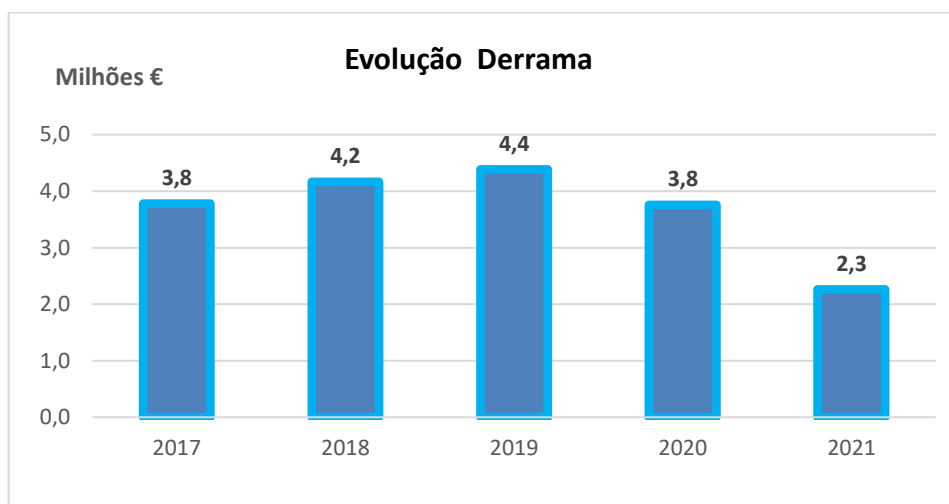
Em 2021, a receita do IMT registou uma forte subida, comparativamente ao ano anterior, fixando-se nos **5,2 M€**, que comparativamente ao ano de 2020 representa um **aumento de 1,277 M€**.



A receita do IUC em 2021 registou um ligeiro aumento, fixando-se nos **2,467 M€**, mantendo a trajetória de crescimento.



A receita da Derrama em 2021 registou uma quebra de **1,5 M€** comparativamente ao ano anterior. De realçar que o Município tem mantido a isenção prevista na lei para os sujeitos passivos com volume de negócios inferior a **150.000,00 €**, condição que em muito contribui para a redução da receita municipal, ajudando significativamente na capacitação financeira do tecido empresarial do concelho.



No que concerne à evolução de outras receitas próprias, quadro seguinte, comparativamente ao ano anterior verificou-se um aumento generalizado das rubricas, traduzindo-se numa variação positiva global de **14,5%**.

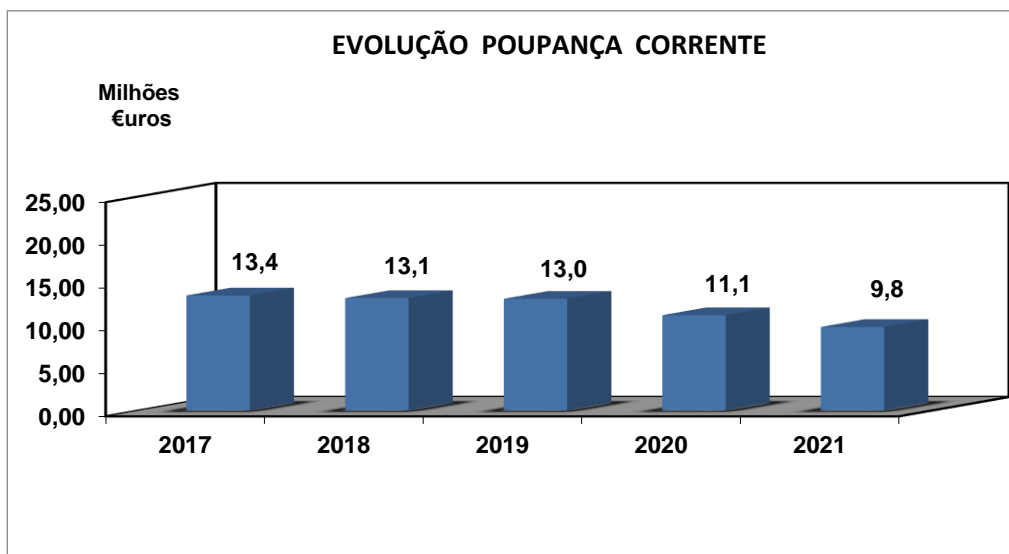
Unidade: €

Outras Receitas Próprias	2017	2018	2019	2020	2021	Δ
						20 / 21
Impostos Indiretos + Taxas	1.363.901	1.257.103	1.351.150	1.279.232	1.415.296	10,6%
Venda de Bens e Serviços	4.953.374	5.521.821	5.829.748	3.487.828	3.931.632	12,5%
Venda de Bens de Investimento	4.784.148	931.164	210.152	545.022	746.715	37,0%
<b>Total</b>	<b>11.101.423</b>	<b>7.710.088</b>	<b>7.391.049</b>	<b>5.312.082</b>	<b>6.093.644</b>	<b>14,7%</b>

**DESPEZA** - A **Despesa Total** paga registou um aumento de **8,7%** face ao ano anterior, atingindo o valor de **76,3 M€**, o mais elevado de sempre. Também a despesa corrente registou um aumento de **6,0%**, justificado pelo aumento da despesa com o pessoal devido ao descongelamento de carreiras e encargos (transferência para os Agrupamentos Escolares) resultantes da descentralização / transferência de competências no domínio da educação.

<b>ESTRUTURA DA DESPESA</b>					
Unidade: €					
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Δ 20 / 21</b>
<b>DESPEAS CORRENTES</b>	<b>36.724.394</b>	<b>39.554.019</b>	<b>41.627.076</b>	<b>44.120.552</b>	<b>6,0%</b>
Pessoal	18.004.563	19.262.964	22.406.566	24.280.272	<b>8,4%</b>
Aquisição de Bens e Serviços	14.255.025	14.236.869	12.442.917	12.061.757	<b>-3,1%</b>
Transferências Correntes	3.896.117	5.095.848	5.862.000	6.940.776	<b>18,4%</b>
Encargos Financeiros	186.063	206.911	246.239	183.878	<b>-25,3%</b>
Outras Despesas Correntes	382.625	751.428	669.354	653.789	<b>-2,3%</b>
<b>DESPEAS DE CAPITAL</b>	<b>27.849.688</b>	<b>30.978.069</b>	<b>28.559.069</b>	<b>32.179.753</b>	<b>12,7%</b>
Investimento Direto	16.021.449	17.481.784	14.531.914	17.689.297	<b>21,7%</b>
Transferências Capital	4.898.840	5.525.178	6.293.519	6.511.316	<b>3,5%</b>
Ativos Financeiros	1.610.267	1.787.006	1.222.408	1.314.753	<b>7,6%</b>
Passivos Financeiros	5.319.132	6.045.195	6.497.598	6.664.386	<b>2,6%</b>
Outras Despesas Capital		138.905	13.630		
<b>TOTAL DESPESAS</b>	<b>64.574.083</b>	<b>70.532.089</b>	<b>70.186.145</b>	<b>76.300.225</b>	<b>8,7%</b>

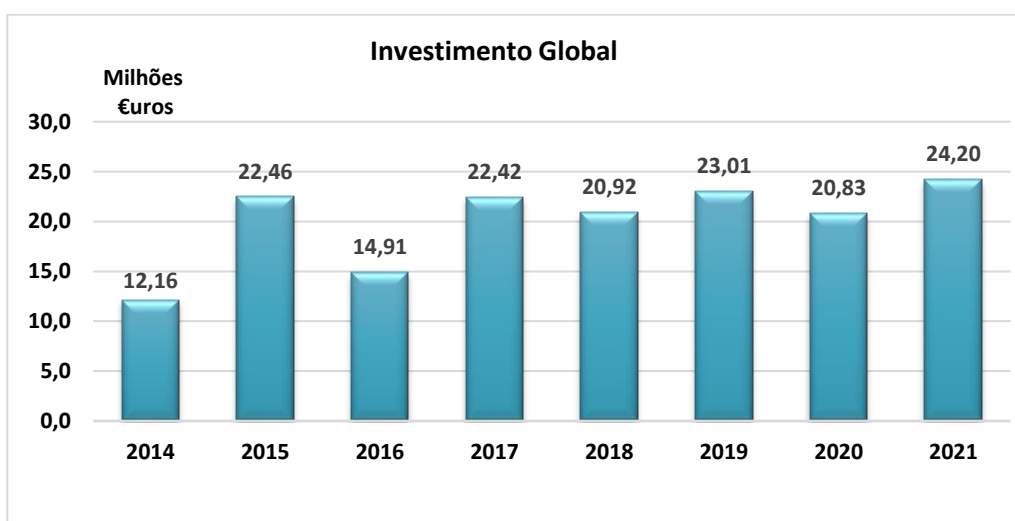
**A Poupança Corrente** continua a apresentar valores muito positivos que, conjuntamente com a receita proveniente dos Fundos Comunitários e Contratos Programa celebrados com o Estado, muito tem contribuído para o financiamento do Investimento Global (Câmara, Uniões e Freguesias e Instituições) realizado no Concelho.



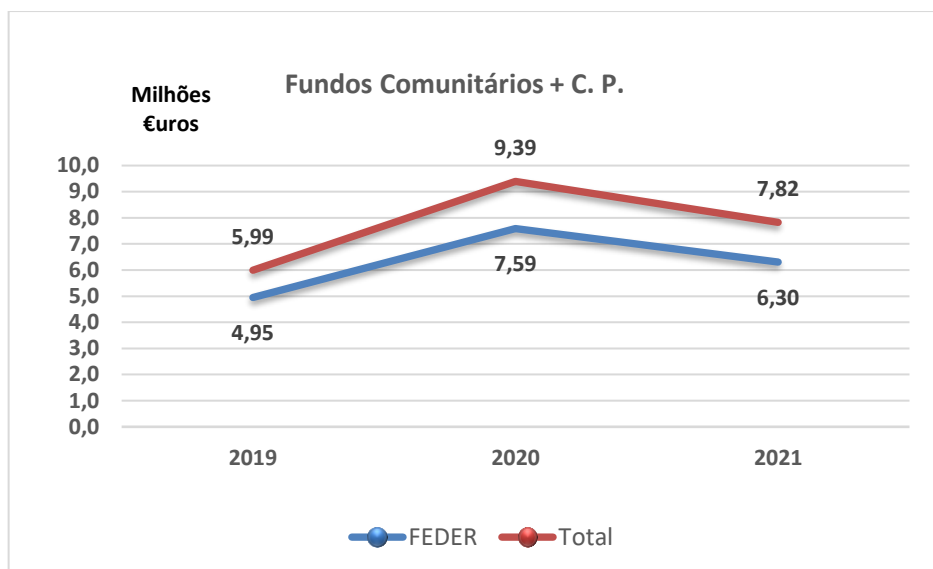
A receita proveniente de fundos comunitários apresenta uma redução, no montante de **1,5 M€**, relativamente ao período homólogo.



O **Investimento Global** em 2021 atingiu o montante mais elevado de sempre, ascendendo a **24,2M€**, representando um aumento face ao ano anterior de **3,4 M€**.



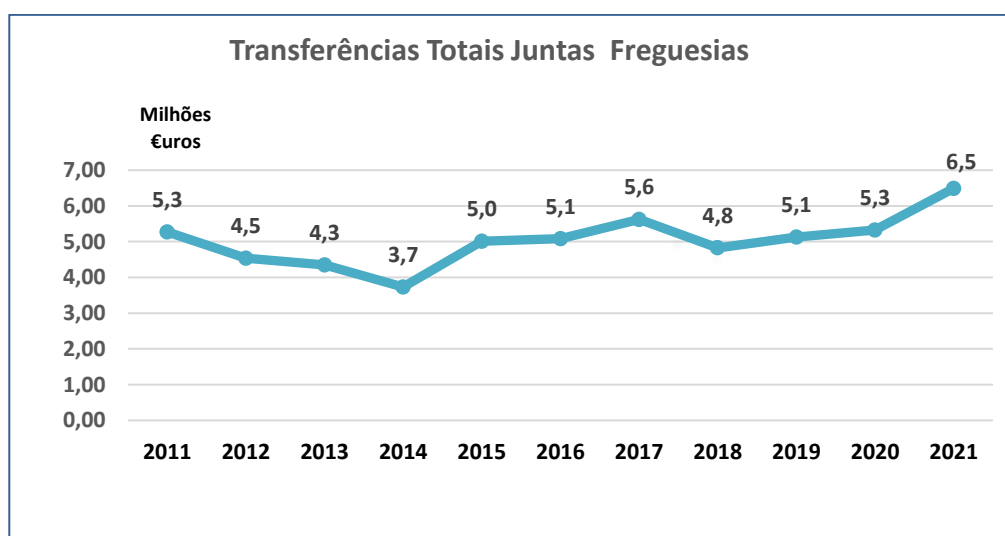
Assim, importa realçar que o investimento realizado em 2021 foi financiado por subsídios não reembolsáveis obtidos de **7,816 M€**, passivos financeiros **7,24 M€** e pela poupança corrente.



### Coesão Territorial

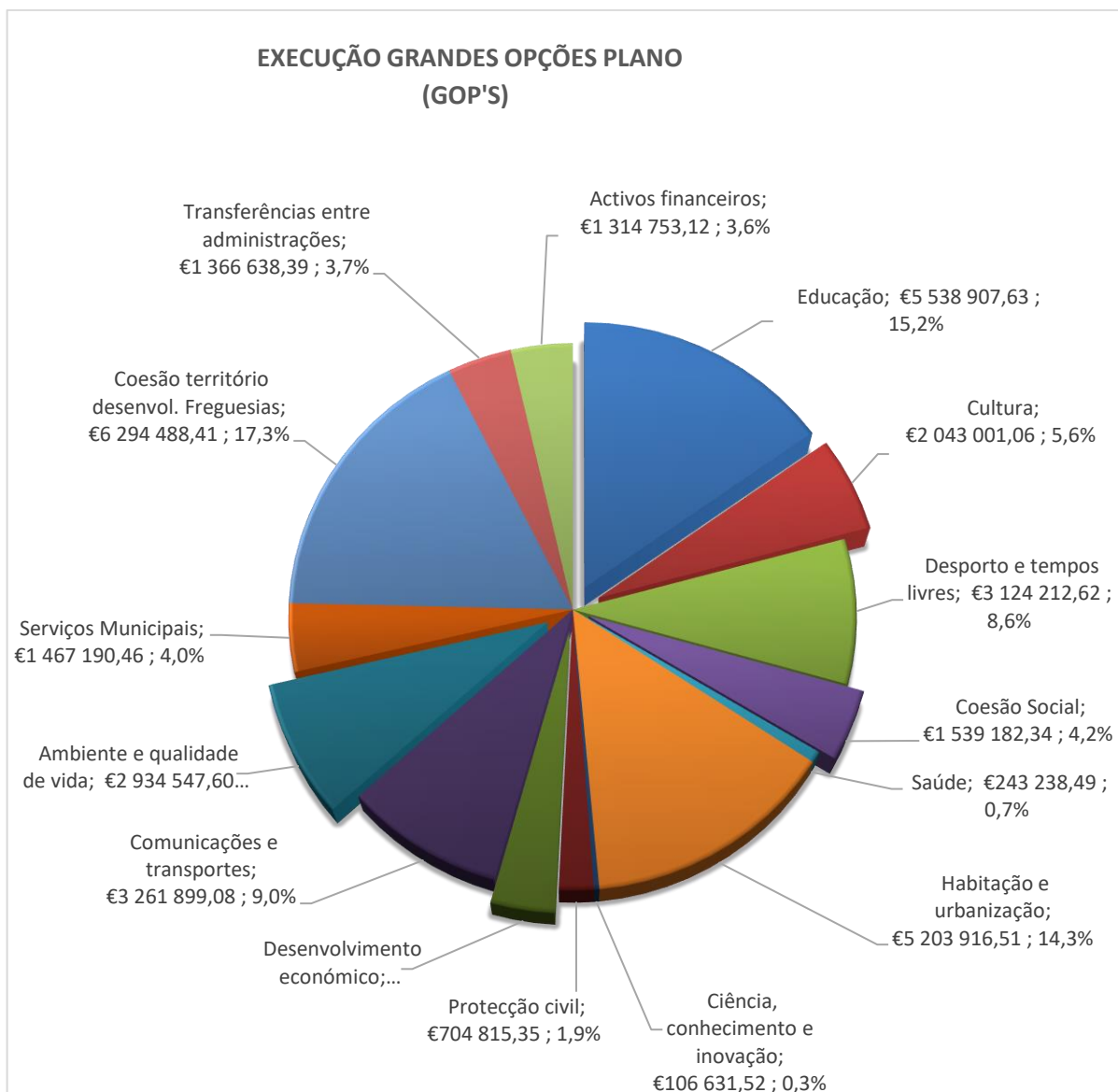
Em 2021, continuamos a valorizar a política de descentralização e coesão do território, apostando na capacidade de gestão e dinamização dos Executivos das nossas Uniões e Juntas de Freguesia, através da transferência de competências acompanhada da respetiva componente financeira necessária à realização de investimento e gestão dos espaços públicos e verdes, administrados por estes importantes Órgãos do Poder Local.

Melhor ano económico de sempre, com reforço de **1,2 M€**, correspondendo a um aumento de **17,3%**, refletindo-se na Grande Opção do Plano com maior valor dedicado.



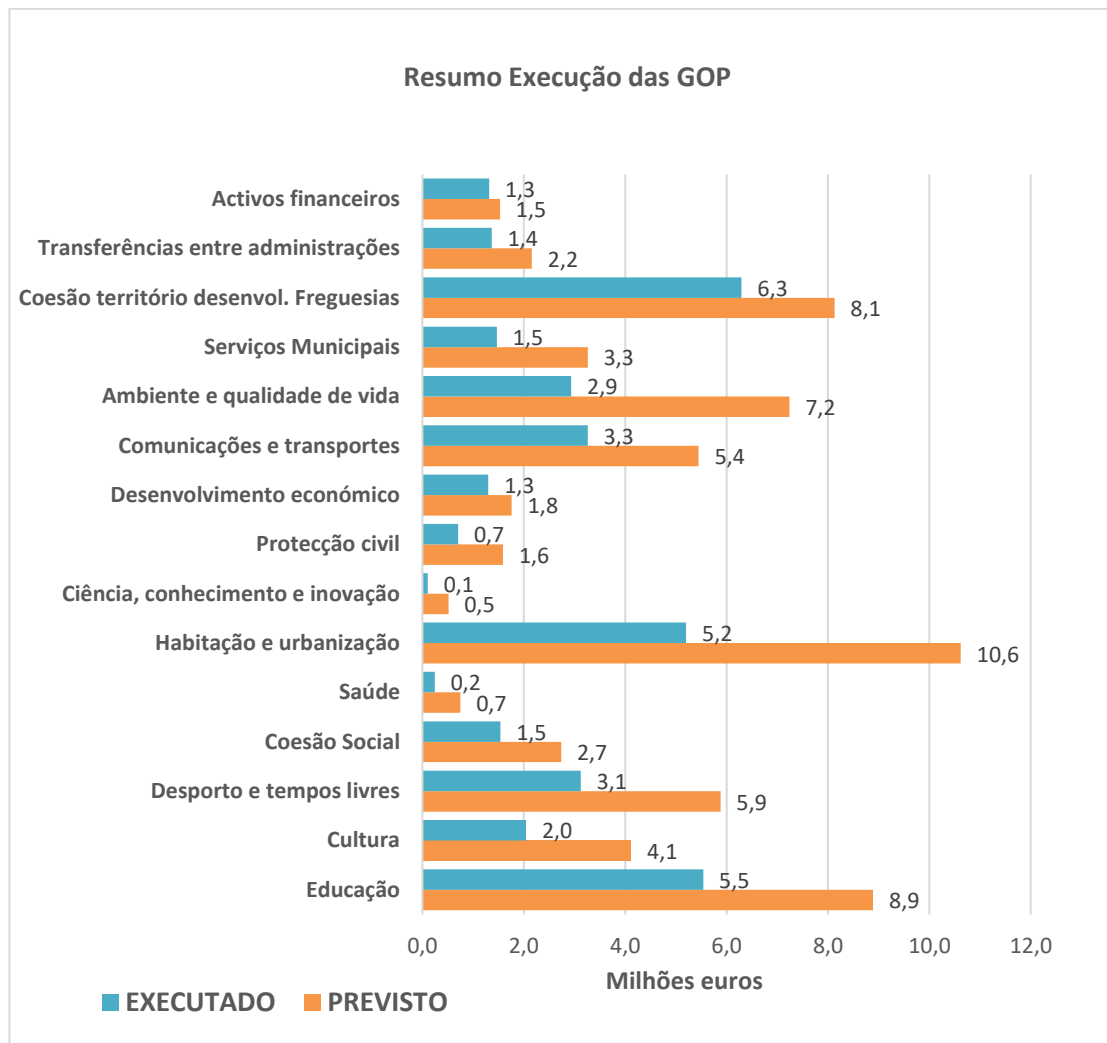
### Grandes Opções do Plano





Da análise do gráfico verifica-se que as áreas com maior despesa realizada foram as seguintes: - **Coesão Território e Desenvolvimento das Freguesias**, com uma realização financeira de 6,3 milhões de euros, representando **17,3%** da despesa total. A execução das Grandes Opções do Plano confirma a prossecução da política de descentralização e transferências de competências para as Uniões e Freguesias, valorizando a cooperação e dinamismo dos Executivos das Uniões e Juntas de Freguesia. - **Educação**, com uma realização financeira de 5,54 milhões de euros, representando **15,2%** da despesa total. Ocupa o segundo lugar, resultado do investimento realizado, nomeadamente na reabilitação do parque escolar do Município; - **Habitação e Urbanização**, com uma realização financeira de 5,2 milhões de euros, representando **14,3%** da despesa total. Surge em terceiro, justificado pela reabilitação urbana em curso, financiada no âmbito do PEDU. - **Desporto e Tempos Livres**, com uma realização financeira de 3,12 milhões de euros, representando **8,6%** da despesa total. Aparece em quarto lugar, consequência do investimento realizado na requalificação e construção de infraestruturas desportivas; - **Ambiente e Qualidade de Vida**, com uma realização financeira de 2,93 milhões de euros, representando **8,1%** da despesa total.

### Análise comparativa entre Previsão e Execução



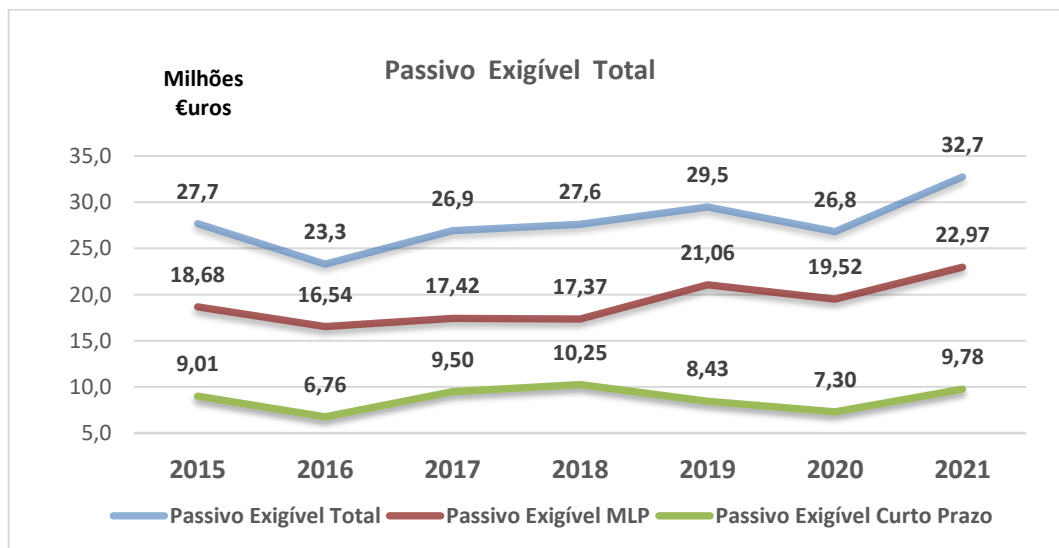
Da análise ao gráfico anterior podemos concluir que as quatro áreas prioritárias de intervenção previstas aquando a elaboração das GOP'S, nomeadamente Habitação e Urbanização, Educação, Coesão Territorial / Desenvolvimento das Freguesias e Ambiente e Qualidade de Vida, pelos valores de execução mantiveram-se nos quatro primeiros lugares, com variação de posições, destacando-se a variação da Coesão Territorial / Desenvolvimento das Freguesias que passou da terceira posição (Previsão) para primeiro lugar (Execução).

## Contabilidade Relato Orçamental

Unidade: €

RECEITA / DESPESA	2020	2021	Δ 20 / 21
RECEITA TOTAL	70 424 104	76 373 526	8,4%
RECEITA EFETIVA	65 275 501	65 390 720	0,2%
DESPESA TOTAL	70 186 145	76 300 305	8,7%
DESPESA EFETIVA	62 466 139	68 321 165	9,4%
DESPESA PRIMÁRIA	62 219 900	68 137 288	9,5%
RECEITA EFETIVA CAPITAL	12 505 926	11 497 504	-8,1%
DESPESA EFETIVA CAPITAL	20 839 063	24 200 614	16,1%
SALDOS	2020	2021	Δ 20 / 21
SALDO GLOBAL ou EFETIVO	2 809 361	-2 930 445	-204,3%
SALDO PRIMÁRIO	3 055 601	-2 746 568	-189,9%
SALDO DE CAPITAL	-8 333 137	-12 703 109	52,4%
SALDO CORRENTE	11 142 499	9 772 664	-12,3%

**Resultados** - Antes da apresentação e análise dos Resultados Contabilísticos e análise dos Rácios, importa informar e analisar a posição do Município relativamente à evolução do Passivo Exigível e posicionamento do Município face aos limites impostos pela Lei das Finanças Locais. O Passivo Exigível Total (subtraído o valor das cauções e acréscimos de custos diferidos) do Município em 2021 registou um aumento de 5,9 M€, justificado pelo aumento de 3,45 M€ do Passivo de Médio e Longo prazo e aumento de 2,48 M€ do Passivo Curto Prazo.



**Limites da Lei das Finanças Locais (Lei 73/2013 de 3/09)**

**Equilíbrio Orçamental (Artigo 40.º)**

“... receita corrente bruta cobrada, deve ser, pelo menos igual à Despesa corrente acrescida das Amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazo ...”

<b>Valores do ano 2021</b>				
Receita Corrente Cobrada (1)	Despesa Corrente (2)	Amortizações (EMLP) (3)	<b>Total ( 4 = 2+3)</b>	<b>Margem (5 = 1 - 4)</b>
54 021 372,28 €	44 120 551,86 €	3 617 975,93 €	47 738 527,79 €	<b>6 282 844,49 €</b>

**Limite da dívida total (Artigo 52º)**

“... a dívida total de operações orçamentais do município, não pode ultrapassar em 31/12 de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos três exercícios ...”

<b>Receita Corrente Líquida (CMVC + SMSBVC)</b>			
2018	2019	2020	<b>Média dos 3 últimos Exercícios</b>
64.064.672,56 €	66.980.362,35 €	57.401.482,70 €	<b>62.815.505,87 €</b>
<b>Valores a 31/12/2020</b>			
Limite (artigo 52.º, da Lei 73/2013 de 03/09)			
Média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores	Limite	Dívida total Excluindo não orçamentais e FAM	<b>Margem</b>
(1)	( 2 = 1 * 1,5)	(3)	( 4 = 2 - 3)
62.815.505,87 €	<b>94.223.258,81 €</b>	36.833.791,43 €	<b>57.389.467,38 €</b>

**Resultados**

<b>Resultados</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>20 / 21</b>
<b>Resultados Antes Depreciações e Gastos de Financiamento</b>	12.989.583 €	12.143.844 €	-6,5%
<b>Resultados Operacionais</b>	4.480.351 €	4.510.725 €	0,7%
<b>Resultado Líquido</b>	4.313.003 €	4.322.853 €	0,2%

### Custo das Existências Vendidas e Consumidas

		Unidade: €
Movimentos	Mercadorias	Matérias Primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais		93.479,27 €
Compras		79.705,18 €
Regularizações de existências		22.626,60 €
Existências finais		78.150,14 €
<b>Custo do exercício</b>		<b>117.660,91 €</b>

### Rácios

Indicadores	Rácio	2021	2020
Autonomia Financeira	Património Líquido / Ativo	78,4%	80,0%
Solvabilidade	Património Líquido / Passivo	501,8%	532,5%
Liquidez Geral	Ativo Corrente / Passivo Corrente	36,8%	29,4%
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente - Inventário) / Passivo Corrente	36,3%	28,6%
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo Corrente	13,1%	18,4%
Rendimento Património Líquido	Resultado Líquido / Património Líquido	2,1%	2,2%

**Aplicação de Resultados** - Em conformidade com o número 3 do artigo 14º do D.L. 192/2015 de 11 de setembro e o disposto na Portaria nº 189/2016 de 14 de julho em anexo referente à classe 8 - Resultados, o resultado líquido do exercício positivo de € 4.322.853,25 será transferido para a conta de resultados transitados, que regista um saldo devedor, resultante da mudança da política contabilística ocorrida em 2020. **Agradecimentos** - Aos dirigentes e funcionários da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, pelo elevado sentido de serviço público e profissionalismo demonstrados, que permitiram a realização dos objetivos traçados pelo executivo municipal. Aos Bombeiros do Município de Viana do Castelo, Sapadores e Voluntários, à Proteção Civil Municipal, às Forças de Segurança, às Comunidades Escolar, Saúde e Social, aos Presidentes das Uniões e Juntas de Freguesia e aos muitos cidadãos voluntários pela dedicação e trabalho realizados no âmbito do combate à Pandemia Covid-19 e aos incêndios florestais que fustigaram o nosso concelho. (a) Luís Nobre.” e ainda a

justificação do documento dos SMVC que também se transcreve:- “O ano de 2021, tal como o ano de 2020, fica marcado pela pandemia provocada pelo SARS-CoV-2, responsável pela doença da COVID-19 com prejuízo para diversos setores da economia, sobretudo, para o setor social. Neste contexto, todos os trabalhadores dos SMVC, estiveram na linha da frente, sempre ao serviço das populações no cumprimento das suas funções, garantindo e mantendo sempre ativos os serviços públicos municipais, como a recolha de resíduos urbanos e a limpeza pública. Razão pela qual, o Conselho de Administração expressa um agradecimento público a todos os seus trabalhadores que, de forma abnegada e num ano tão adverso como o da pandemia, desempenharam as suas funções. Iniciou funções um novo Executivo Municipal e, desde 18 de outubro de 2021, um novo Conselho de Administração dos SMVC. Mantendo-se numa linha de continuidade, mas também de novos desafios e novas abordagens, a função dos Serviços Municipalizados está focada na recolha, transporte e encaminhamento dos Resíduos Urbanos indiferenciados, na recolha e transporte dos biorresíduos alimentares e de espaços verdes, bem como os Resíduo e Equipamentos Elétricos e Eletrónicos para valorização/reciclagem e, ainda, na Limpeza Pública da cidade (Monsserate e Santa Maria Maior), bem como alguns espaços públicos da Meadela e da freguesia de Darque. Este início de ciclo fica também marcado por novos desafios e novos objetivos, a comunicação com a população com o objetivo de melhor esclarecer todos, será primordial, assim como um trabalho em parceria com as escolas e jovens de todo o concelho, numa perspetiva de educação ambiental. Em perspetiva está o PERVIANA 2030 (Plano Estratégico de Resíduos Urbanos Viana 2021-2030) que, esperamos, concretizará a política do município de Viana do Castelo para a gestão dos resíduos urbanos produzidos até 2030 no seu território. O plano que brevemente se apresentará, ambicionará a concretização de uma visão do papel da gestão dos resíduos urbanos em Viana do Castelo no contexto da diminuição do impacto da produção e gestão de resíduos urbanos no ar, na água, no solo e na saúde pública, na utilização eficiente dos recursos, na preservação dos recursos naturais, na valorização de recursos endógenos renováveis, no desenvolvimento de uma economia mais sustentável e menos dependente da importação de matérias-primas e de energia, na conservação da natureza e da biodiversidade e na promoção de uma sociedade desenvolvida, mais justa e mais inclusiva. Será promovido pelos Serviços Municipalizados de Viana do Castelo na qualidade de Entidade Gestora (em baixa) responsável pelo serviço público municipal de gestão de resíduos sólidos urbanos, titulado pela Câmara Municipal de Viana do Castelo. Por fim, os SMVC assumem o objetivo de continuar a afirmar-se como uma Entidade de Referência Nacional nas suas áreas de atuação, procurando elevar sempre e cada vez mais os padrões de desempenho com espírito de missão, almejando alcançar o objetivo de serviço público disponível e acessível a todos os cidadãos do nosso concelho. Para isso o Conselho de Administração assumiu o compromisso de adotar um modelo de gestão ética, social e ambientalmente responsável. Neste contexto, contamos com todos os seus colaboradores, a quem mais uma vez agradecemos por contribuírem para o bom desempenho desta Instituição Pública. (a) Luís Nobre”. Finda a apresentação dos documentos, o Presidente da

Câmara Municipal submeteu a votação, os Relatórios de Atividades e Documentos de Prestação de Contas da Câmara e dos Serviços Municipalizados, tendo sido aprovados por maioria com quatro votos a favor do Presidente da Câmara e dos Vereadores Carlota Borges, Ricardo Rego e Fábíola Oliveira e duas abstenções das Vereadoras Ilda Araújo Novo e Cláudia Marinho. Mais foi deliberado submeter os referidos documentos a apreciação da Assembleia Municipal e mandar remetê-los ao Tribunal de Contas, tudo de acordo com o disposto, nomeadamente, no Regime Jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), conjugado com o artigo 33º, número 1, alínea c), da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e no número 1 do artigo 47º da Lei n.º 2/07, de 15 de Janeiro. Por último, foi ainda deliberado que os mencionados documentos não ficassem transcritos na ata, pelo que, depois de assinados por todos os Membros presentes da Câmara Municipal e por eles rubricados em todas as folhas, ficam arquivados na pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362, de 21 de Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82, de 19 de Agosto. Esta deliberação foi tomada por unanimidade, estando presentes o Presidente da Câmara e os Vereadores Carlota Borges, Ricardo Rego, Fábíola Oliveira, Ilda Araújo Novo e Cláudia Marinho. Por último, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:- **“DECLARAÇÃO DE VOTO DO CDS/PP** - O CDS não integrou a vereação anterior, pelo que não tem conhecimento dos fundamentos de todas e cada uma das deliberações, em que não tomou parte. Consequentemente, não tem nem é corresponsável pelas decisões tomadas. Vem certificado que o relatório de actividades foi elaborado em conformidade com a legislação aplicável, de forma coerente, e que não se verificam incorreções materiais. Por outro lado, as opções de despesa nas diferentes áreas de intervenção, e as de receita, que envolveram necessariamente a aplicação de taxas e impostos, todas foram objecto de aprovação pela maioria do executivo e pelos partidos com assento no mesmo. No entanto, embora não pretenda questionar o Relatório e a prestação de contas da Câmara Municipal, no todo ou em parte, a verdade é que causa estranheza, no mínimo, o vertido a folhas 210, em que o Revisor Oficial declara ter auditado as demonstrações financeiras do Município e, mais adiante, afirma não existir garantia de que as mesmas, no tocante aos bens do domínio público, reflitam a universalidade daqueles bens, tanto em quantidade como em valor, pelo que não pode formar opinião quanto ao impacto que teria nas contas que a seguir discrimina. Não obstante, o Revisor remata dizendo ter a convicção de que a prova de auditoria obtida proporciona uma base para uma opinião com reserva! Mas qual é o verdadeiro significado e alcance da referida inexistência de garantia, que até determina a dita impossibilidade de formar opinião? O CDS gostaria de ver isto cabalmente esclarecido e explicado pelo próprio revisor. **Quanto ao Relatório e Contas dos Serviços Municipalizados**, o CDS não pode deixar

de apoiar e de reconhecer como merecido o realce dado ao papel desempenhado pelos trabalhadores dos SMVC, que, durante o período pandémico relativo a 2021, cumpriram com zelo e dedicação as suas funções, mormente na recolha dos resíduos urbanos e na limpeza pública. Gostaríamos ainda de salientar o empenho e esforço manifesto na concretização dos desafios com que se têm deparado os SMVC para dar resposta adequada e sustentável na gestão dos resíduos sólidos urbanos e limpeza pública por forma a salvaguardar o ambiente e a saúde pública. Quanto à prestação de contas respeitante a 2021, estranha-se mais uma vez o teor da certificação legal das contas, em que o Revisor Oficial de conta faz copy/paste do que verteu no relatório referente às contas da Câmara: inexistência de garantia, impossibilidade de formar opinião, e, apesar de tudo, base suficiente e apropriada para nova opinião com reservas. É ainda de salientar a recomendação do ROC, e cito, "que dado o valor significativo das amortizações do exercício, de infraestruturas incluídas no imobilizado dos Serviços Municipalizados", estes "devem ser transferidos para o imobilizado do Município". Voltando ao que referi atrás, se o próprio ROC manifesta não ter elementos suficientes para formar opinião e, sim, ter reservas de opinião, é de estranhar, no mínimo, que a dita auditoria não tenha servido para esclarecer as omissões suscitadas. Com tais pressupostos e reservas, não parece possível que o CDS possa aprovar qualquer dos relatórios de contas, ressalvando, no entanto, o que diz respeito às actividades propriamente ditas, que não parecem merecer reparo. Assim sendo, o CDS tem que se abster. (a) Ilda Araújo Novo." E "**DECLARAÇÃO DE VOTO DA CDU** - Em Novembro de 2020 na entrega do plano de actividades e orçamento para ao ano de 2021 pude referir o seguinte: "A situação que estamos a viver, decorrente do surto epidémico, confirma a nossa visão sobre o papel do Poder Local Democrático e no papel determinante que este tem na capacidade de resposta aos problemas do concelho. Não podemos deixar ainda de referir e reforçar, que o processo de transferência de competências, em que o PS se juntou ao PSD (ou vice-versa), veio fragilizar ainda mais o poder local e desresponsabilizar o estado de funções bastante relevantes e essenciais no estado de providencia. Tem sido diversa a produção legislativa decorrente do surto epidémico, abrangendo muita dela as autarquias locais, valorizando muitas destas medidas legislativas com implicações em diversos domínios, estas poderão ser essenciais para a resposta à população, mas em contrapartida podem ser também destrutivos para as autarquias..." "...Tem-se vindo a abrir espaços para que as autarquias locais assumam intervenções que devem ser assumidas pelo governo não sendo possível ainda determinar o impacto financeiro decorrente da situação." A CDU, já em junho de 2020, alertava para o impacto social e financeiro que poderia advir e que agora vemos explanado neste relatório de Actividades e prestação de contas de 2021, que passo a referir: ☐ O aumento geral da despesa corrente; ☐ A diminuição de impostos diretos municipais, como é o caso do IMI e na Derrama (isenções); ☐ A médio prazo e fruto da situação anterior, a diminuição da capacidade futura de endividamento decorrente da redução global das receitas correntes. ☐ Também a médio prazo e em virtude da redução da cobrança de IVA, IRC e IRS, uma diminuição na participação nos impostos do Estado; ☐ Aumento das despesas de capital referente às transferências mas que não acompanham de todo as



responsabilidades de competências assumidas; ☒ Ainda na estrutura da despesa o aumento para os passivos financeiros em 2,6% ; ☒ A evolução da poupança corrente tem vindo a diminuir desde 2017; ☒ Os fundos comunitários, apesar de todas as promessas, foram inferiores em 1,5 milhões dos que os arrecadados em 2020; ☒ Nas Grandes Opções do Plano, para 2021, estava prevista uma verba de 64.633.037 euros, mas apenas foram gastos 32.632.417€ ou seja -50,5%, metade do previsto. Nunca se executou tão pouco, a destacar como maior investimento a coesão territorial e desenvolvimento das freguesias, educação e habitação e urbanização e por fim comunicação e transportes. Assim, concluímos que referente às GOP, o executado fica aquém do previsto e que as constantes alterações orçamentais apresentadas em várias reuniões do executivo mostram a falta de rigor no cumprimento do planeado. Pelo explanado a CDU vota pela abstenção no relatório atividades e prestação de contas da Câmara Municipal e visto o voto ser feito em conjunto, mantemos a intenção de abstenção referente ao relatório dos SMSBVC. (a) Cláudia Marinho”. **“DECLARAÇÃO DE VOTO DO PS - O Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2021 apresenta a maior capacidade de execução de sempre da Câmara Municipal de Viana do Castelo, de 76,3 milhões, num aumento de 8,7% comparativamente com 2020. Mesmo após mais um ano que ficará na história como um dos mais conturbados do último século face à globalização da pandemia de Covid-19, 2021 apresentou sinais de retoma económica e social que permitiram a maior capacidade de execução da autarquia vianense. A receita fixou-se nos 76,4 milhões de euros, com origem positiva heterogénea, nomeadamente no IMT (mais 32%) e no IUC (mais 5,7%). Reflexo dos efeitos colaterais da crise pandémica, o relatório apresenta a redução de receita nos domínios da Derrama (menos 39,9%) e no IMI (menos 1,5%) em resultado da aposta no apoio às famílias numerosas e na Reabilitação Urbana. Este documento destaca, na execução, o forte incremento nas transferências correntes, mais 18,4%, para apoio às instituições e associações, garantindo o seu desenvolvimento e mitigação dos efeitos da pandemia COVID-19, bem como a maior transferência financeira para as Uniões e Juntas de Freguesia de sempre, que obtiveram mais 22,6%, cerca de 6,29 milhões de euros, corolário da redução dos encargos com a aquisição de bens e serviços (menos 3,1%) e com encargos financeiros (menos 25,3%). De destaque é também a excelente performance operacional e de concretização nas diferentes Grandes Opções do Plano, nomeadamente na Coesão Territorial (17,3%), Educação (15,4%), Habitação e Urbanização (14,3%), Comunicações e Transportes (9%), Desporto e Tempos Livres (8,6%) e Cultura (5,6%), demonstração de uma trajetória de apoio e mitigação às adversidades económicas e sociais dos vianenses. Viana do Castelo não teve como não enfrentar a exigência de um período pandémico como o que sentimos também em 2020, colocando uma pressão sobre as contas municipais nunca observada. No entanto, mesmo nesse contexto, não deixou a Câmara Municipal de avançar com ações concretas no apoio, de forma transversal, ao setor da Saúde e 3.º Setor (Social, Bombeiros Voluntários e Cruz Vermelha), bem como de apoio aos nossos agentes económicos (com particular destaque para os setores do comércio, restauração e turismo), num valor superior 1,5 milhões de euros. O Período Pandémico que vivemos marcou de forma indelével todos os setores da nossa sociedade, das**

peças e, naturalmente, de forma impactante, também todo o exercício económico de 2021. Não obstante este cenário adverso, podemos assegurar que garantimos a continuidade de serviços de qualidade, de operacionalidade e de resposta às solicitações dos nossos municípios, dos movimentos culturais e associativos, das entidades e Uniões e Juntas de Freguesia, bem como destacável capacidade de captação de Fundos Comunitários que, muito positivamente, contribuíram para a capacidade de investimento demonstrada. Foram ainda concretizadas todas as ações necessárias para assegurar a segurança e proteção da saúde dos trabalhadores do Município que foram o garante, mais um ano, do cumprimento da Visão, Missão e Valores estabelecidos nas Agendas 2030 da Inovação e para a Economia do Mar”. Já no plano do investimento privado, foram celebrados 9 novos contratos de investimento, num investimento de 60 milhões de euros, que permitiu a criação de 1.227 novos postos de trabalho diretos. Por fim, deixar um agradecimento aos dirigentes e funcionários da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, pelo elevado sentido de serviço público e profissionalismo demonstrados, que permitiram a realização dos objetivos traçados pelo executivo municipal. Aos Bombeiros do Município de Viana do Castelo, Sapadores e Voluntários, à Proteção Civil Municipal, às Forças de Segurança, às Comunidades Escolar, Saúde e Social, aos Presidentes das Uniões e Juntas de Freguesia e aos muitos cidadãos voluntários pela dedicação e trabalho realizados no âmbito do combate à Pandemia Covid-19 e aos incêndios florestais que fustigaram o nosso concelho. (a) Luís Nobre; (a) Carlota Borges; (a) Ricardo Rego; (a) Fabíola Oliveira.”.

**20.abril.2022**